

A AÇÃO PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A PERDA DO MANDATO DO PREFEITO DE RIO GRANDE EM 2004: CONTEXTO, ANÁLISE E IMPLICAÇÕES

MARLENE JOSÉ MACHADO¹; ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO²

¹UFPEl - marlenejmachado@brturbo.com

²UFPEl - albarret.sul@terra.com.br

O trabalho se funda preliminarmente na análise o Inquérito Civil nº 00852.00069/2004, de 26 de agosto de 2004, que versa sobre possível improbidade administrativa na Prefeitura Municipal do Rio Grande (RS). A demanda diz respeito à existência de propaganda irregular vinculada no site da Prefeitura. Com fundamento no conteúdo audacioso da chamada a Coligação da Frente Popular ajuizou representação face ao Município de Rio Grande requerendo a retirada do *link* plano de governo do seu site. Em 25 de julho do mesmo ano foi publicada a decisão do Juízo da 163ª Zona Eleitoral Rio Grande/RS, que julgou parcialmente procedente o feito reconhecendo a publicidade veiculada no *site* como ilegal. Nesse panorama, através da análise das ações públicas, a pesquisa responde de que forma o Ministério Público atuou como fiscal da lei durante o período da perda do mandato do prefeito de Rio Grande. A pesquisa pretende abordar o atual cenário político institucional da cidade do Rio Grande trazendo como pano de fundo a perenidade, o familismo e o clientelismo como temas centrais da discussão. A análise em questão demonstra que o poder judiciário, quando efetivamente atuante através de seus instrumentos institucionais, participa da vida política e rompe com paradigmas pré-estabelecidos. Nessa perspectiva, também analisado o estilo polêmico de governar do então prefeito Fabio Branco, que naturalmente atraiu o olhar mais rigoroso dos promotores.

Palavras-chave:

Improbidade, Ministério Público, Ação Civil Pública